

Joyce Otânia Seixas Ribeiro
Vilma Nonato de Brício
María Vitória Carrera-Fernández
(Orgs.)

IDENTIDADES

Sujeitos & Espaços Outros



Até recentemente, as paisagens culturais de gênero-sexualidade, etnia-raça, geração, nação, entre outras mais, forneciam sólidas e confortáveis localizações para o indivíduo. Porém, as mudanças que ainda estão a ocorrer, fragmentaram estas paisagens, bem como as identidades coletivas e individuais, causando a perda de sentido de nós mesmos, que Hall (1999) chama de deslocamento ou descentramento do sujeito. Hoje, aquele lugar de conforto deixou de existir, dando lugar a um cenário no qual proliferam uma infinidade de significados, representações e discursos provenientes dos mais variados sistemas simbólicos, e que nos interpelam a todo instante. Isso tornou a contemporaneidade profundamente complexa e cambiante. Agora, o sujeito passou a ser visto como localizado e fluido. O livro está dividido em duas partes. Na primeira, *Sujeitos Múltiplos*, colaboram pesquisadores e pesquisadoras que tem aceitado o desafio de produzir conhecimento sobre identidades em tempos de incredulidade ante a ofensiva contra grupos minoritários como mulheres, LGBTs, indígenas, comunidades negras, e deficientes físicos. Na segunda parte da obra, *Identidades em Espaços Outros*, reunimos os artigos que elegem espaços outros de constituição de identidades, como o espaço educativo, o acadêmico-científico, os programas governamentais e os artefatos culturais.



Identidades

Sujeitos e espaços outros

Organizadores:

Joyce Otânia Seixas Ribeiro

Vilma Nonato de Brício

María Vitória Carrera-Fernández



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abcbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

RIBEIRO, Joyce O.S.; BRÍCIO, Vilma N. de; FERNÁNDEZ, María Vitória Carrera- (Orgs.)

Identidades: sujeitos e espaços outros [recurso eletrônico] / Joyce O.S. Ribeiro; Vilma N. de Brício; María Vitória Carrera-Fernández (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

466 p.

ISBN - 978-85-5696-700-8

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Identidades; 2. Antropologia; 3. Sociologia; 4. Interpretação; 5. Ensaio; I. Título.

CDD: 177

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e Relações Sociais

177

Mulheres estudantes da EJA e o retorno aos estudos: uma história de maus-tratos emocionais

*Cristiano Eduardo da Rosa*¹

*Jane Felipe*²

A visibilidade das lutas feministas das últimas décadas tem colocado em discussão o acesso à igualdade de oportunidades para as mulheres, que historicamente foram discriminadas e excluídas, sendo vistas como inferiores e incompetentes para o exercício de determinadas tarefas, por exemplo.

No Brasil, o acesso das mulheres à educação só se deu em 1827, com a Lei de Instrução Pública, cujo texto, citado por Guacira Lopes Louro (2004, p. 447), dizia que a educação feminina era justificada apenas em função de seu destino de mãe e não por ela mesma, ou seja, não como um direito dela, mas era concedida para favorecer os filhos:

As mulheres carecem tanto mais de instrução, porque são elas que dão a primeira educação a seus filhos. São elas que nos fazem homens bons e maus, são as origens das grandes desordens, como os grandes bens; os homens moldam a sua conduta aos sentimentos delas.

Foi somente no final do Século XIX e início do século XX que surgiram vários cursos destinados às jovens como as escolas técnicas femininas e escolas normais. No entanto, os currículos de tais cursos previam classes de economia doméstica e puericultura, com o intuito de preparar uma “nova” mulher, ligada as funções de mãe e dona de casa, como é possível perceber por ocasião da inauguração das aulas para

¹ Professor licenciado em Letras e em Pedagogia, mestrando em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul na linha de pesquisa Educação, Sexualidade e Relações de Gênero. Integrante do GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero. E-mail: cristiano1105@hotmail.com

² Professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Integrante do GEERGE - Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero e coordenadora do GEIN - Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias. E-mail: janefelipe.souza@gmail.com

o sexo feminino do *Imperial Lyçêo de Artes e Offícios*. As palavras de Antonio Manoel dos Reis (1881, p. 20) expressam bem essa ideia:

Filha, esposa e mãe, és as pérolas mais preciosas de sua coroa neste mundo. Porém, para que a filha seja obediente, a esposa fiel e a mãe exemplar, - cumpre desenvolver a sua inteligência pela instrução, e formar o seu espírito pela educação [...] Instrução é a base sobre a qual deve a mulher erguer o edifício de sua felicidade; a educação é o complemento e o arremate desse edifício.

O acesso das mulheres à universidade foi possível somente em 1879, mas obviamente tais oportunidades foram possíveis apenas para as mulheres oriundas de famílias burguesas. Com a universalização da educação ocorrida em meados do século XX, as mulheres foram aos poucos, a partir das lutas feministas, conquistando o acesso e a permanência em todos os níveis de ensino, de modo que atualmente elas são maioria em número de matrículas em todos os níveis de escolarização, segundo dados do INEP.

Rosemberg, Pinto e Negrão (1982) já destacaram como fato relevante o aumento do grau da escolarização da mulher no Brasil, entretanto pouco ou quase nada se sabia sobre os efeitos dessa escolarização e nem da utilização que as mulheres faziam dela em suas vidas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), sobre a Educação 2017 (2018, p. 8):

Em 2017, 853 mil pessoas frequentavam o EJA do ensino fundamental e 811 mil pessoas o EJA do ensino médio. Em relação a 2016, o número de pessoas na etapa do fundamental cresceu 3,4% e na etapa do ensino médio, 10,6%. [...] Entre aquelas que frequentavam cursos presenciais do ensino fundamental, 85,2% frequentavam o turno noturno, mesmo turno frequentado por 86,4% das pessoas em cursos presenciais do EJA do ensino médio. Essa concentração do estudo noturno se diferencia muito do ensino regular, que é majoritariamente diurno.

Dados apresentados pelo documento "Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil", publicado pelo IBGE e atualizado em junho de 2018, "o lento processo de mudança dos padrões culturais de gênero [...] elevou continuamente os níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas" (IBGE, 2018, p. 5). O material

também destaca que o percentual de mulheres acima dos 18 anos na escola é superior ao dos homens em 2,5 pontos percentuais.

Tais ocorrências foram fundamentais para o acesso a melhores empregos. No entanto, apesar de todos esses avanços, ainda somos um país de profundas desigualdades sociais e econômicas, atingindo em especial as mulheres. Tais desigualdades afetam diretamente as chances de pessoas permanecerem nos bancos escolares, uma vez que muitas delas precisam prover o sustento da família, fazendo com que desistam da escola para ingressar no mercado de trabalho.

Pensando na situação de várias mulheres que voltam aos estudos depois de adultas e suas principais dificuldades enfrentadas por essa decisão, esta pesquisa procura identificar um perfil da mulher que cursa a Educação de Jovens e Adultos e problematizar a atual perspectiva que se tem nessa área da Educação, produzindo debates acerca dos maus-tratos emocionais sofridos pelas alunas a partir dessa perspectiva.

A temática da violência contra a mulher está estampada quase que diariamente nos noticiários de jornais impressos, online e televisivos. É um tema presente no cinema, em filmes e documentários³, na literatura, na música, nas novelas, nos programas de TV, nas séries e nos teatros. Porém, ainda pouco debatida em casa, na escola, na igreja e em outras instâncias culturais.

O conceito de maus-tratos emocionais está relacionado à essa violência, muitas vezes difusa e imperceptível, que interfere no psicológico do sujeito. O Ministério da Saúde (2002, p. 13) traz uma definição dirigida à criança e ao adolescente, mas cabe também aos adultos:

Constitui toda forma de rejeição, depreciação, discriminação, desrespeito, cobranças exageradas, punições humilhantes e utilização da criança ou do adolescente para atender às necessidades psíquicas dos adultos. Todas essas formas de maus-tratos psicológicos causam danos ao desenvolvimento e ao crescimento biopsicossocial da criança ou do adolescente, podendo provocar efeitos muito deletérios na formação de sua personalidade e na sua forma de encarar a vida. Pela falta de materialidade do ato que atinge, sobretudo, o campo emocional e espiritual da vítima e pela falta de evidências imediatas de maus tratos, esse tipo de violência é dos mais difíceis de serem identificados.

³ Destacamos o documentário “Sozinhas”, sobre a violência contra mulheres que vivem no campo. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=XEujgXT2yX8>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

São vários os casos de maridos que vigiam as esposas na escola, que criticam suas saídas à noite para estudar deixando-os em casa com os filhos, ou ainda que não permitem que elas saiam quando recebem alguma visita pouco antes do horário da aula. Muitos deles desconfiam quando elas saem mais cedo ou chegam mais tarde em dia de reuniões de estudos com os demais colegas, idas à biblioteca da escola, dentre tantas outras situações pertinentes a quem estuda.

As inúmeras manifestações de maus-tratos emocionais contra as mulheres alunas de EJA variam consideravelmente, de acordo com os tipos de violências existentes, ora mais simbólicas e verbais, ora mais físicas e patrimoniais. Porém, a que mais marca as estudantes é a violência psicológica, que não deixa registro aparente aos outros, mas afeta diretamente nas próprias condições de estudar.

Para pensar nessa questão sob a percepção da EJA, destaca-se o que se diz sobre a modalidade de ensino no Parecer n. 11/00 do CNE (2000):

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso ao domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas.

Tal função reparadora da EJA proporciona ao adulto a possibilidade de igualdade perante a sociedade que, por muitas vezes e em variadas situações, marginaliza e exclui aqueles que não concluíram os estudos; porém, a ausência do domínio de conhecimentos específicos em diploma não representa falta de cultura e outros saberes não acadêmicos que são fundamentais para a vida.

Mulheres e EJA: os maus-tratos emocionais nessa relação

No curso de EJA de uma instituição da cidade de Igrejinha, no Vale do Paranhana, microrregião do estado do Rio Grande do Sul, cuja modalidade é gratuita e destinada a quem trabalha na indústria e/ou seus dependentes, havia um total de 330 estudantes matriculados/as, sendo que 182 são mulheres, compondo 55% das matrículas no segundo semestre de 2018.

Dessas mulheres matriculadas no semestre que iniciou em 30 de julho, com faixa etária entre 18 e 60 anos de idade, 20% eram do Ensino Fundamental e 80% do Ensino Médio. Em novembro, 8% das mulheres matriculadas já haviam parado com o curso - 5 alunas por cancelamento e 23 por evasão.

Para a realização desta pesquisa, conversamos com uma turma de 30 mulheres da escola, na primeira semana de novembro de 2018, num período de duas horas. Na ocasião, antes de realizar uma roda de conversa sobre a temática, trabalhou-se com o documentário "A Violência Contra a Mulher é uma História Real", que conta a história de mulheres vítimas de violência doméstica, e de jovens e adolescentes que promovem palestras em cidade do interior de Santa Catarina e Paraná, por meio do projeto "Dia Laranja".⁴

A maioria das estudantes desta escola são moradores de Igrejinha e de Três Coroas, cidade vizinha, e trabalham em variadas profissões, sendo as mais citadas: calçadistas, industriárias, costureiras, serviços gerais e vendedoras. Quanto ao estado civil, mais da metade mantêm relacionamento sério com namorado ou marido; em relação à maternidade, pouco mais da metade são mães e, dessas, quase metade possui um ou dois filhos.

De acordo com Gomes (2005, p. 89):

Podemos compreender aqueles que participam dos processos de EJA como sujeitos socioculturais e, assim, percebê-los inseridos em um processo cultural e histórico de periodização da vida, constituído de semelhanças e particularidades. Dessa forma, o gênero, a raça, a sexualidade e a subjetividade serão entendidos como processos e dimensões integrantes da EJA, que se expressam na vida e nas relações estabelecidas entre os diversos sujeitos sociais que dela fazem parte.

Sobre a razão pela qual pararam com os estudos, metade das alunas afirma que foi por motivo de terem de trabalhar quando adolescentes, e o fato de casarem e/ou terem filhos ficou em segundo lugar, seguido de desmotivação e desinteresse. Por muitas vezes e até mesmo nos dias de hoje, muitas meninas deixam de estudar e revisar os conteúdos da escola em casa por terem de dar conta das atividades domésticas e também cuidar dos irmãos menores, o que já as diferem dos meninos desde cedo,

⁴ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=R8amBCIVDH8>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

pois estes que não possuem tais obrigações, como já nos mostrou a pesquisa “Por ser menina no Brasil”⁵.

Em pesquisa sobre o que as mulheres da EJA buscam, Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010, p. 16) apontam:

A possibilidade de qualificação para a inserção ou competição no mercado de trabalho, a fim de melhorar as condições que a põe em situação de subalternidade, já que a maioria das mulheres são de baixa renda e atuam em profissões que não são reconhecidas financeiramente para reverter esta condição.

A principal razão que fizeram as alunas voltarem a estudar foi, em primeiro lugar, a oportunidade de conseguir um emprego melhor, seguido de conseguir ingressar em uma faculdade, obter o certificado de conclusão do Ensino Médio e incentivar e dar exemplo aos seus filhos. Para Arroyo (2005), valorizar saberes, conhecimentos, interrogativas e interesses da vida dos jovens e adultos é o grande ponto de partida para uma educação significativa que se complementa com os saberes escolares e sociais.

Como destaca Louro (2004, p. 446), durante muito tempo havia um discurso muito recorrente que afirmava que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas:

Na opinião de muitos, não havia porque mobiliar cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos.

De certa forma, parece-nos que a volta aos estudos da esposa atinge em cheio em uma noção de perda de estabilidade do homem perante a família, em um medo de não ser mais o provedor do lar, em uma sensação de ser deixado de lado para conhecer como as coisas do mundo lá fora funcionam – como se dentro de casa, ou mesmo com o trabalho, ela não estivesse sentindo-se completamente satisfeita com a vida que leva.

⁵ Por ser menina no Brasil: crescendo entre direitos e violência. Disponível em: <<http://plan.org.br/por-ser-menina-no-brasil-crescendo-entre-direitos-e-viol%C3%Aancia>>. Acesso em: 25 nov. 2018.

Oro, Weschenfelder e Stecanela (2010, p. 17) ainda apontam que:

A mulher pretende concluir os estudos, também como uma forma de superação e realização pessoal e vê na busca de sua formação uma alternativa para a construção de sua autonomia e elevação da autoestima, pois estar na escola é inserir-se num espaço de socialização e ser valorizada enquanto sujeito.

Outro dado interessante foi perceber que por vezes, as mulheres são acompanhadas pelos maridos em sala de aula, incentivando-os a voltarem a estudar também. Por outro lado, quando este desiste do curso, a esposa/namorada se vê obrigada por ele a cancelar sua matrícula, evidenciando as relações de poder existentes entre o casal. Dentro do ideário de amor romântico, cabe à mulher fazer sacrifícios, deixando de lado seus projetos individuais em prol de uma renúncia para favorecer o outro (FELIPE, 2007). Isso deixa clara a relação de poder que o esposo exerce sobre a mulher quando o assunto é Educação.

De acordo com Rosenberg (1994), faz-se necessária uma reflexão acerca dos limites sociais que são impostos à mulher, inviabilizando tanto a sua inserção quanto sua permanência no ambiente escolar, e a falta de atenção dos poderes públicos em relação às necessidades específicas das mulheres adultas que procuram escolarização.

Nesse sentido, Brunel (2004, p. 76) destaca:

As reprovações, os traumas, os problemas socioeconômicos e familiares atravessaram a trajetória destes jovens e fizeram com que muitos interrompessem seus estudos e, na ânsia de recuperar o tempo perdido, para eles a EJA foi a melhor escolha. Entretanto, o interessante de todo este fenômeno, é que a escola continua ocupando um espaço importante na vida deles e continua sendo uma referência positiva e fazendo parte dos seus projetos.

A maioria das alunas que participaram da roda de conversa afirmou que tiveram total apoio da família, amigos e colegas de trabalho na sua volta aos estudos, e das que não tiveram algum tipo de suporte, este veio, em maior parte, de alguém da própria família, seguido de colegas de trabalho e amigos.

Conforme Felipe (2012, p. 195) observa, o crescimento na área profissional, que é tão necessário a qualquer profissão, não pode estar atrelado aos caprichos do outro, mesmo que seja marido/esposa,

namorado/a ou assemelhados. “O aprimoramento intelectual e profissional faz parte do crescimento pessoal, sendo um elemento muito importante para a construção de nossa autoestima”, completa.

Sabe-se que, principalmente depois de adulto, é necessário um conjunto envolvendo interesse, motivação e necessidade para se alcançar uma meta. De acordo com o que afirma Freire (1987), é a conscientização que possibilita inserir o sujeito no processo histórico em busca da sua afirmação, e é essa afirmação que proporciona escolhas de caminhos melhores, com perspectivas melhores para a integridade intelectual, moral e psicológica da mulher.

Destaca-se aqui o fato de que as mulheres, em sua trajetória educacional, por muito tempo foram instruídas apenas para serem esposas e mães dedicadas somente às atividades domésticas. Antigamente, como comenta Perrot (2007), estes “saberes” atribuídos ao papel da mulher faziam parte dos currículos escolares.

Acerca dessas funções convencionadas femininas, Rosa e Felipe (2018) destacam uma oitava jornada de trabalho realizada pela maioria das mulheres nos dias atuais:

Mas por que falamos em uma oitava jornada de trabalho? Grande parte das mulheres passa ou passará por todas elas, a saber: o cuidado de si, que se aprende desde a mais tenra infância, afinal, meninas/mulheres precisam estar sempre belas, cuidar da aparência, para serem consideradas bem apresentáveis/apreciáveis (FRIEDERCHS, 2015); também se exige das mulheres o cuidado doméstico, caso contrário serão vistas como desleixadas, preguiçosas, desorganizadas, atributos inaceitáveis para o sexo feminino, ao contrário do masculino, quando tais designações são tidas como naturais e até esperadas. Para mulheres com parceria afetiva-sexual, são exigidos atributos de atenção e cuidado com a relação, situação que se agrava quando se tem filhos, pois é inaceitável que as mulheres sejam displicentes no exercício da maternidade, sendo taxadas de “mães desnaturadas” quando não correspondem a tais *scripts* (BURMAN, 1999). Dedicção e cuidado são atributos que perpassam, portanto, todas as áreas de atuação das mulheres, seja na família, no trabalho ou nos estudos. Muitas mulheres, ao chegarem na maturidade, ainda se veem na responsabilidade de cuidarem dos idosos da família e também dos netos, como mostram as estatísticas de gênero no Brasil (IBGE, 2018).

Para falar sobre a importância da motivação na volta e manutenção dos estudos, foi perguntado se alguma vez elas pensaram em parar de

estudar devido a algum comentário desmotivador da família, de amigos ou de colegas de trabalho, e a maioria afirmou que nunca pensou em interromper os estudos, enquanto que as que responderam sim a essa questão, disseram que os comentários desestimulantes partiram a maior parte de alguém da família, seguido de amigos e colegas de trabalho.

Quando indagadas se já foram criticadas, humilhadas ou insultadas por deixarem suas casas/famílias à noite para irem estudar, poucas responderam que sim, sendo que esse retorno negativo surgiu da própria família em primeiro lugar, seguido de colegas de trabalho e amigos. Pensando no ambiente escolar, foi questionado se alguma vez já se sentiram desconfortáveis por estarem de volta depois de alguns anos sem estudar, e pouco mais da metade disseram que não.

Em uma sondagem sobre se já se sentiram constrangidas ou ofendidas por algum comentário machista dentro na escola, poucas disseram que sim, e que essas falas vieram, em sua maior parte, de colegas de aula. Acerca de assédio moral no ambiente escolar, somente poucas também mencionam que já se sentiram assediadas, afirmando, novamente, que partiu de colegas essa forma de assédio.

Ao serem indagadas se conhecem alguma mulher – da família, ciclo de amizades ou trabalho – que não concluiu o Ensino Fundamental ou o Médio e gostaria de voltar a estudar, mas não o faz por motivo de que o marido ou a família não aprova ou permite, mais da metade das estudantes afirmaram que sim.

É interessante abordar que a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em 1998, criou o GT 18 (Grupo de Trabalho) sobre Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Algumas produções do grupo foram abordadas em estudo de Vieira e Cruz (2017, p. 45), que mostra a sala de aula como “espaço de perpetuação das desigualdades educacionais de gênero, destacando as trajetórias, bem como dificuldades de acesso e permanência das mulheres na alfabetização e educação de jovens e adultos”.

Em 2015, o tema da redação do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio foi "A persistência da violência contra a mulher", e em 2018 a temática esteve presente em duas questões. Em uma, a questão comentava sobre o concurso de miss Peru 2018, cujas candidatas se manifestaram contra a violência envolvendo mulheres; e na outra a questão mostrava

um cartaz de uma campanha de 2017, feita em Porto Alegre, para divulgar um número de denúncia de violência contra a mulher.

Sobre violências cometidas por um homem, a maioria das alunas afirmou que já sofreu algum tipo – seja física, moral, patrimonial, psicológica, sexual ou verbal. Ao serem questionadas sobre a confiança nas leis que protegem as mulheres da violência, pouco mais da metade afirmou não confiar e, se fossem agredidas, física ou verbalmente, quase todas denunciariam; e das que não denunciariam, metade delas justificou que não acredita em uma mudança efetiva, alegando que nada mudaria, seguido de algumas que têm medo de sofrer novas agressões e outras por variadas razões.

Quando o estudo afeta o casamento e vice-versa

No decorrer da roda de conversa, algumas alunas foram narrando experiências pessoais com a temática. Tais relatos foram gravados e transcritos, sob autorização das mulheres participantes. A seguir, apresentamos cinco depoimentos compartilhados pelas estudantes a fim de discutirmos as representações dos maus-tratos emocionais:⁶

"Quando voltei a estudar meu marido apoiou e me trazia para a aula. Ele ficava no carro me esperando e gostava que eu fosse lá no estacionamento no intervalo ficar com ele. Eu falava que ficava na sala com as colegas, mas ele dizia que ficava entediado sozinho no carro. Às vezes eu ia. Uma noite ele veio atrás de mim porque disse que passou do outro lado da sala e não tinha me visto, mas a minha sala naquele dia não era a que ele achava. Demorou algumas semanas para passar essa desconfiança dele."

Lya, 39 anos.

Muitas vezes a superproteção é encarada como prova de afeto e de carinho, porém ela representa, em variados casos, um sentimento de controle e posse. O depoimento relato acima é um exemplo típico de violência benévola, que consiste em um tipo de violência sutil, disfarçada de proteção. Com a esposa estudando, muitos maridos ainda sentem que precisam estar por perto para saber o que acontece na escola, parecendo que em casa a mulher não tem contato com outras pessoas, estando

⁶ Por critério metodológico, a fim de não expor os nomes das alunas, adotamos nesta pesquisa o primeiro nome de escritoras gaúchas para representá-las.

isolada e, assim, o esposo poderia ficar mais tranquilo (FELIPE; GALET, 2016).

"Nunca apanhei, acho que se ele me batesse eu sairia de casa com nossos filhos. Já aguentei muito, mas hoje estou quase me formando e sei que posso ter a minha própria independência para ter um trabalho melhor e meu próprio dinheiro para fazer o que eu quiser sem ter que pedir pra ele. Ele é um bom pai, dá atenção e carinho, principalmente pras crianças, mas comigo parece que não quer que eu conheça o mundo e saiba mais do que ele sobre as coisas."

Martha, 35 anos.

A questão dos filhos sempre acaba interferindo no modo de sentir a violência e, até mesmo, um ponto importante quando se pensa em uma separação do casal. Crianças influenciam ainda mais nesse caso, pois a mãe costuma pensar mais nelas do que em si própria, e quando não se tem autonomia suficiente ainda, percebe-se incapaz de tomar a decisão de sair de casa, ou mesmo de pedir para o esposo se ausentar.

"Ele trabalha no turno da noite, por isso não tem problema eu estudar. Nossa filha já tem 14 anos e fica sozinha em casa. Eu sempre deixo algumas tarefas para ela fazer até eu chegar perto das dez e meia. De dia ele dorme metade de tempo e na outra parte ele fica ao redor de mim querendo saber o que eu fiz enquanto ele trabalhava e dormia. Ele presta bastante atenção nos detalhes em casa. Como eu não trabalho, ele que mantém a casa, e eu sempre me sinto em dívida com ele. Anos atrás ele já me bateu, mas eu entendi que eu não reconhecia seu valor, e foi para me mostrar como devo ser uma boa esposa, pois ele tem sido um bom marido também".

Lygia, 46 anos.

Muitas mulheres se colocam numa posição de subalternidade diante do marido pelo fato de não trabalhar e ser ele a comprar ou dar o dinheiro para adquirir as coisas da casa e da família. Pensamos que não seja culpa da mulher, pois há toda uma cultura que coloca o gênero feminino como inferior ao homem e desde pequenas as meninas são criadas com este pensamento de esperar o príncipe encantado e depois servir a ele com amor e zelo. Ao elencar algumas situações, expressões e frases machistas, Felipe (2009, p. 51) afirma o seguinte:

Achar que só as mulheres têm obrigação de cozinhar, lavar, passar, arrumar a casa, cuidar dos filhos, não dividindo com elas a responsabilidade dos afazeres domésticos. Desta forma, reforça-se a ideia

preconceituosa de que as mulheres devem estar apenas no âmbito doméstico, do mundo privado e não no mundo público.

É interessante observar no depoimento acima, que mesmo a mulher trabalhando dentro de casa, ainda assim ela se sente em dívida com o marido, evidenciando assim o quanto o trabalho doméstico é desvalorizado, não sendo visto como um trabalho de fato, mas como uma mera obrigação feminina.

"Depois que perdi nosso primeiro filho, ele não confiou mais em mim, ainda me culpa dizendo que eu que não me cuidei enquanto estava grávida. Hoje só estou estudando aqui porque o convenci de que faria bem para eu melhorar da depressão. Ele me traz e me busca na escola, mas também diz que não preciso trabalhar. Às vezes discutimos e ele me ofende, eu só choro. Temos uma bebê de oito meses agora e as coisas não melhoraram, pois ele sempre está cansado do trabalho e sou sempre eu quem tenho que atender a bebê. Criança pequena chora, sente fome, grita, e ele não tem paciência. Às vezes as palavras dele doem mais do que um tapa na cara. Mas fico tudo pra mim, meu pai batia na minha mãe quando chegava em casa bêbado e eles nunca se separaram. Vou aguentando enquanto eu posso e ele não me bater".

Clarice, 27 anos.

Além do cuidado com a casa, muitos maridos delegam às esposas a responsabilidade pela criação dos filhos, não assumindo uma paternidade presente fundada no fato de a mulher não trabalhar fora e ele sim, como se o trabalho doméstico e o cuidado com a prole fossem tarefas muito simples. Apesar de todas as discussões sobre equidade de gênero na contemporaneidade, ainda assim, em muitas famílias e localidades ainda persistem visões de mundo discriminatórias em relação às mulheres. Tal quadro só reforça a importância de discutirmos esses temas nas escolas, na mídia e nos demais espaços educativos, de modo que todos/as percebam que uma família deve ter as tarefas divididas, e que cada membro tem a sua importância e o seu papel no bem-estar de todos.

"Eu casei cedo porque engravidei e com o nascimento do meu filho eu tive que parar de estudar quando estava no último ano do Médio. Este ano resolvi voltar para concluir os estudos, mas meu marido não me apoiou quando me matriculei e nem quando as aulas começaram aqui. Deixo o pequeno com minha irmã que mora ao lado da nossa casa, mas ele não gosta. Teve uma vez que ele chegou a me perguntar se era mais importante a nossa família ou a escola".

Letícia, 21 anos.

Tanto o fato da gravidez precoce como o de o marido não apoiar a esposa nos estudos, como se fosse algo que ela não precisasse por estar em casa, apresenta-nos um cenário propício para a ocorrência de maus-tratos emocionais e exemplos de relações de poder no âmbito doméstico. No Brasil, a taxa de adolescentes que engravidam está acima da média latino-americana, apontando para a cada mil jovens brasileiras entre 15 e 19 anos, 68,4 ficaram grávidas e tiveram seus bebês entre 2010 e 2015, de acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde. No mundo, a média é de 46 nascimentos a cada mil.⁷

Cabe aqui destacar que não podemos compreender de mesma forma as relações de poder e as relações de violência, pois elas se configuram de forma diferenciada (FOUCAULT, 1995, p. 243). Uma relação de poder “é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação”; enquanto a relação de violência “age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro pólo senão aquele da passividade”.

No encerramento do encontro com as estudantes, deixou-se explícito que se podem denunciar as violências contra a mulher em qualquer delegacia, mas se perguntou se elas sabem onde fica a Delegacia da Mulher mais próxima de onde moram, e apenas 22% têm conhecimento do local. Na região das cidades onde as estudantes residem não há Delegacias da Mulher, sendo as mais próximas em Gravataí e Novo Hamburgo, ambas a mais de 50 km.

Percebemos, assim, que os debates acerca das relações de gênero precisam ser inseridos nas aulas da Educação de Jovens e Adultos, conscientizando os/as estudantes acerca das desigualdades existentes entre homens e mulheres produzidas e evidenciadas a partir das relações de dominação e subordinação em que as mulheres são submetidas. Com esse trabalho, acreditamos que seria possível provocar a sua superação e, em consequência, transformar as relações desiguais de poder em uma perspectiva da equidade de gênero.

⁷ Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean. Disponível em: <<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34493/9789275119761-eng.pdf?sequence=1&Allowed=y&ua=1>>. Acesso em: 27/11/2018.

Com essa pesquisa, observamos que as mulheres que cursam a Educação de Jovens e Adultos de Igrejinha são pessoas que possuem e trazem consigo crenças e valores enraizados e muitas vezes não enxergam a escola como um meio para alterar um cotidiano de opressão. Pode-se verificar também que, por meio das respostas às perguntas específicas do questionário, houve certa dificuldade de se identificar os maus-tratos emocionais, uma vez que esse tipo de violência, por vezes, não é perceptível pelas próprias vítimas.

A sociedade acaba fazendo com que situações de abalo emocional, ameaças, humilhação, insultos, isolamento e perseguição, sofridas pelas mulheres sejam encaradas com certa naturalidade, afinal, homens são assim mesmo, costumam ser mais agressivos, impacientes, possessivos, como muitos pensam até hoje. No entanto, é preciso entender que tais posturas não são naturais, mas são apreendidas e incentivadas na construção de um determinado tipo de masculinidade que se pretende hegemônico, pautado pela agressividade e sentimento de posse em relação às mulheres.

Tais comportamentos acabam por promover relacionamentos tóxicos e abusivos, que danificam a autoestima das mulheres – no caso de relações heterossexuais –, embora possamos ver relacionamentos abusivos também entre casais homossexuais, causando danos psicológicos que interferem diretamente na vida dos sujeitos. As questões aqui levantadas mostram o quanto de conhecimento essas mulheres possuem sobre o referido tema e a necessidade de falarmos sobre isso, pois o poder da informação é deveras importante para o combate aos maus-tratos emocionais em qualquer âmbito.

Nesse sentido, Narvaz, Sant'Anna e Tesseler (2013, p. 102) destacam que:

Com o avanço tecnológico da era moderna e com as conquistas das mulheres de espaços antes reservados aos homens, conquistas estas tributárias das lutas das feministas, os discursos ideológicos de inferioridade intelectual, de passividade e de desejo de servidão das mulheres não encontram mais justificação, devendo ser historicizados e revisados em seus postulados.

Elencado a isso e com base ainda no resultado da pesquisa, considera-se fundamental um trabalho especial de valorização das mulheres estudantes da EJA, pois estas conciliam os estudos com o

trabalho e, ainda, com a responsabilidade de cuidar da casa e da família. A questão da evasão também merece uma atenção especial, com um resgate das alunas desistentes e realização de intervenções que as tragam de volta ao ambiente escolar e elevem sua autoestima perante a sociedade, pois, dos principais motivos pelo qual pararam de estudar quando adolescentes, a desmotivação e o desinteresse são as questões mais atuantes agora na fase adulta.

Considerações sobre uma disputa de poder-saber

Uma vez que o ambiente escolar é, para muitas, um local onde não há somente aprendizagens de conteúdos, mas também aconselhamento, obtenção de informações, superação de dificuldades e troca de experiências, faz-se necessário conhecer a realidade de cada aluna para um trabalho mais específico. Martinez (2006, p. 67) afirma que:

O conhecimento aprofundado da vida dos jovens pode oferecer pistas para pensar sobre as condições de possibilidade de mudanças nas políticas de escolarização que favoreçam a finalização dos estudos nas camadas populares, tendo em perspectiva uma educação baseada em princípios de justiça e reconhecimento para os novos jovens.

Na Educação de Jovens e Adultos, o/a aluno/a precisa adquirir, além de conhecimentos em áreas acadêmicas específicas, competências e habilidades indispensáveis para seu desenvolvimento pessoal e profissional, exercendo sua cidadania em condições de corresponder aos novos modelos de produção e responder às demandas do mercado cada vez mais competitivo e exigente.

Neste estudo, abordamos a violência contra a mulher a partir de um lugar muito específico: estudantes da EJA – Educação de Jovens e Adultos. A decisão de voltar aos estudos depois de adultas faz com que diversas mulheres sofram maus-tratos, contribuindo tanto para a desistência do curso quanto, em alguns casos, para uma motivação a fim de concluir os estudos e ser independente financeira e intelectualmente.

Portanto, urge que se aprofundem os estudos sobre relações de gênero na EJA, a fim de que essa modalidade de ensino possibilite uma formação integral do indivíduo, oportunizando o direito de compreender e praticar a cidadania na sociedade a qual está inserido. Essa prática o

torna mais crítico e sensível para com as questões relacionadas ao tema, e para além somente dos maus-tratos emocionais, mas também com gênero, micromachismos, violência “benévola”, cultura do estupro, linguagem heteronormativa e ciberfeminismos.

Freire (1979) afirma que esta é uma das funções da educação dirigida a jovens e adultos, ela humaniza o homem. E cabe a esta citação acrescentar também a mulher, cujo papel na literatura educacional, por algumas vezes, também não escapa de olhares machistas; por isso a importância de um repensar a sua trajetória na educação e os modelos patriarcais que ainda operam nas instituições de ensino, tanto no viés discente quanto no docente.

Por fim, registramos aqui um baixo número de produções acadêmicas que tratam tanto das questões da Educação da mulher quanto das diferenças de gênero na Educação de Jovens e Adultos – principalmente o segundo, pois são raras as referências bibliográficas em relação a essa temática. Assim, acreditamos contribuir para com essa discussão e incentivar que novas sejam realizadas, principalmente no ambiente escolar, a fim de investigar a ocorrência de maus-tratos e orientar as alunas mulheres sobre o que podem fazer para que isso cesse.

Referências

- ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio. GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro. GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB n. 11/2001 e Resolução CNE/CBE nº 1/2000. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, maio 2000.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes pelos profissionais de saúde**: um passo a mais na cidadania em saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRUNEL, Carla. **Jovens cada vez mais jovens na educação de jovens e adultos**. Porto Alegre: Meditação, 2004.
- FELIPE, Jane. Gênero, sexualidade e formação docente: uma proposta em discussão. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Educação para a sexualidade, para a**

equidade de gênero e para a diversidade sexual. Campo Grande: UFMS, 2009. p. 47-55.

_____. Violência contra as mulheres. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012. p. 189-199.

FELIPE, Jane; GALET, Carmen. Maus-tratos emocionais e formação docente. In: CASAGRANDE, Lindamir; LUZ, Nancy (Org.). **Entrelaçando Gênero e Diversidade: violência em debate**. Curitiba: UTFPR, 2016. p. 85-100.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFRUS, Dreyfus L; RABINOW Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense, 1995, p. 231-249.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Educação de Jovens e Adultos e questão racial: algumas reflexões iniciais. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. (Orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 87-104.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19/11/2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. n. 38. 2018. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf>. Acesso em: 27/11/2018.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Educação 2017**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf>. Acesso em: 10/11/2018.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7^a ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MARTINEZ, Maria Elena. **De volta à escola: escolarização e formas de sociabilidade dos jovens das camadas populares**. 2006. 229f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, Faculdade de Educação: Rio de Janeiro, 2006.

- NARVAZ, Martha Giudice, SANT'ANNA, Sita Mara Lopes; TESSELER, Fani Averbuh Tesseler. Gênero e Educação de Jovens e Adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. **Diálogo**, Canoas, n. 23, p. 93-104, ago. 2013.
- ORO, Amina Ciandra; WESCHENFELDER, Rosa Cristiana S.; STECANELA, Nilda. **Mulheres e EJA: o que elas buscam?** Universidade de Caxias do Sul. 2010. Disponível em: <<https://www.upplay.com.br/restrito/nepso2010/pdf/artigos/caxias/Artigo%20Mulheres%20e%20EJA%20-%20o%20que%20elas%20buscam.pdf>>. Acesso em: 9/11/2018.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- REIS, Antonio Manoel. Poyanthéa Commemorativa. **Inauguração das aulas para o sexo feminino do Imperial Lyceu de Artes e Officios**. Rio de Janeiro: Sociedade Propagadora das Belas Artes, 1881.
- ROSA, Cristiano Eduardo da; FELIPE, Jane. Uma diva dentro de mim: descobertas femininas sobre *scripts* de gênero no processo de montagem *drag queen*. In: RIBEIRO, Joyce. (Org.) **Gênero, sexualidade e educação: problemas contemporâneos**. Curitiba: CRV Editora, 2018. (No prelo)
- ROSEMBERG, Fúlvia. A Educação de mulheres jovens e adultas no Brasil. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, DF: UNICEF, 1994.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina Pahim; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo: Global, 1982.
- VIEIRA, Maria Clarisse; CRUZ, Karla Nascimento. A produção sobre a educação da mulher na educação de jovens e adultos. **Educação**, Santa Maria, v. 42, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2017.